

15/01/2026 13:04:41 - AE NEWS

MONTE BRAVO ELEVA PROJEÇÃO DE IPCA 2026 DE 4,5% PARA 4,8% E A DE SELIC DE 11% PARA 12,25%

Por Maria Regina Silva

São Paulo, 15/01/2026 - A Monte Bravo elevou hoje sua projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechado em 2026, de alta de 4,5% para 4,8%. Em Carta Mensal antecipada à **Broadcast**, o economista-chefe da corretora, Luciano Costa, explica que o aumento da estimativa ocorre apesar da dinâmica "mais benigna" da inflação no segundo semestre de 2025.

A revisão para cima na estimativa para IPCA considera a expectativa da Monte Bravo de que a depreciação esperada do câmbio jogará a inflação acima do teto da meta em 2026, que é 4,50% ao ano.

Ao mesmo tempo, a Monte Bravo elevou sua projeção para a taxa Selic em 2026, de 11% para 12,25% ao ano, com início do corte neste mês, com recuo de 0,25 ponto porcentual (pp). Depois, no Comitê de Política Monetária (Copom), espera que o ritmo de queda se intensifique para meio ponto porcentual até a reunião de outubro, levando a taxa para 12,25% ao ano.

De acordo com Costa, uma eventual redução para um nível abaixo de 12,25% ao ano ficará condicionada ao comprometimento de um novo governo com um ajuste fiscal crível para estabilizar a dívida pública.

"Todavia, nenhum alívio monetário altera nosso drama: o Brasil tem um encontro marcado com a restrição orçamentária em 2027. A deterioração das contas é evidente, pois a manutenção de déficits primários próximos de 1% do PIB levará a relação dívida/PIB a um salto de 13 p.p. até 2026", estima.

A avaliação do economista-chefe da Monte Bravo é que um ajuste crível pode trazer os juros para perto de 5%, viabilizando a estabilidade da dívida com um superávit primário de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). "É conveniente lembrar que o arcabouço fiscal obteve um voto de confiança e as taxas longas marcaram 5,32% em 2023 - antes que as metas fiscais fossem revisadas e o governo passasse a excluir despesas da contabilidade do arcabouço", destaca.

Na visão de Costa, até abril, os riscos tendem a permanecer contidos pela liquidez global. Com a campanha eleitoral, porém, a política fiscal assumirá protagonismo na formação dos preços dos ativos, estima.

Nesse contexto, entende que as eleições serão cruciais. "À medida que o pleito se aproximar, a correlação dos ativos brasileiros com o ciclo global diminuirá, dando lugar a uma sensibilidade crescente à percepção dos riscos fiscais", diz.

"O próximo presidente herdará uma bomba fiscal, o que vai requerer diagnóstico, vontade política e capacidade para articular um pacto entre Executivo, Legislativo e Judiciário para viabilizar superávits primários críveis e politicamente viáveis", afirma.

De acordo com a Monte Bravo, a sociedade e os políticos do Brasil precisam compreender que o ajuste fiscal não é um debate técnico, mas uma escolha política com implicações sociais profundas.

Contato: reginam.silva@estadao.com